



TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CURSO DE FORMAÇÃO

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- O **tempo mínimo** de permanência do candidato em sala, após o início da prova, deve ser de **1 hora**
- **Em nenhum momento** da prova será permitido ao candidato levar **o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua inteira responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas

Boa sorte!

Introdução à Fiscalização

1

As agências reguladoras têm natureza de:

- (A) fundações públicas;
- (B) fundações governamentais;
- (C) sociedades de economia mista;
- (D) empresas públicas;
- (E) autarquias.

2

As secretarias municipais são:

- (A) entes personalizados;
- (B) órgãos municipais;
- (C) fundações públicas;
- (D) pessoas jurídicas de direito público;
- (E) pessoas jurídicas de direito privado.

3

O Município de São Paulo necessita de pessoa jurídica de direito privado, para a exploração de atividade econômica, com participação de capital privado em sua constituição.

Diante disso, deverá ser instituída:

- (A) sociedade de economia mista;
- (B) empresa pública;
- (C) fundação pública;
- (D) fundação privada;
- (E) autarquia.

4

Para a aquisição de materiais de expediente, a modalidade de licitação a ser utilizada é:

- (A) concorrência;
- (B) leilão;
- (C) pregão;
- (D) diálogo competitivo;
- (E) concurso.

5

A possibilidade de alteração unilateral dos contratos administrativos é considerada:

- (A) direito das partes pactuantes;
- (B) prerrogativa do particular;
- (C) prerrogativa dos Tribunais de Contas;
- (D) prerrogativa da Administração;
- (E) direito das organizações não governamentais.

6

Determinada licitante não possui o documento obrigatório de regularidade trabalhista.

Nesse caso, ela deverá:

- (A) ser desclassificada;
- (B) ser inabilitada;
- (C) entrar em recuperação judicial;
- (D) ser desconstituída;
- (E) ser multada.

7

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo é um órgão:

- (A) de controle interno do Município de São Paulo;
- (B) pertencente à Justiça Estadual;
- (C) de assessoramento jurídico;
- (D) vinculado ao Tribunal de Contas da União;
- (E) de controle externo do Município de São Paulo.

8

A criação de uma nova secretaria municipal é um fenômeno atrelado a:

- (A) desconcentração;
- (B) descentralização;
- (C) concentração;
- (D) conversão;
- (E) reconvenção.

9

A sanção ou o veto, realizados pelo chefe do Poder Executivo, relacionam-se à função:

- (A) legislativa;
- (B) controladora;
- (C) jurisdicional;
- (D) política;
- (E) disciplinar.

10

Veículo de determinada autarquia municipal, circulando na contramão de uma via movimentada do Município de São Paulo, colide com veículo de particular estacionado em local permitido.

Nesse caso, a responsabilidade pelos danos causados será:

- (A) do Município de São Paulo e da autarquia municipal;
- (B) apenas do Município de São Paulo;
- (C) apenas do motorista que dirigia o veículo;
- (D) do Município de São Paulo e do motorista que dirigia o veículo;
- (E) apenas da autarquia municipal.

11

Faz parte das competências dos Tribunais de Contas:

- (A) rever as decisões discricionárias do Poder Executivo;
- (B) realizar parecer prévio sobre as contas do chefe do Poder Executivo;
- (C) aplicar a sanção de cassação de aposentadoria em relação ao gestor que foi fiscalizado;
- (D) determinar a busca e apreensão de documentos arquivados nos órgãos públicos;
- (E) realizar parecer prévio sobre as contas dos chefes do Ministério Público e da Defensoria Pública.

12

No que se refere às representações no âmbito do TCM/SP, verifica-se que:

- (A) a petição da representação deverá ser direcionada diretamente para o auditor do TCM/SP;
- (B) a representação pode ser feita de maneira oral, sendo dispensável a sua transcrição;
- (C) o cidadão é parte ilegítima para formular representação ou denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas;
- (D) uma vez feita representação junto ao TCM/SP, fica o representante impossibilitado de representar sobre a mesma matéria ao Ministério Público ou a outros órgãos;
- (E) são inadmissíveis as representações ou denúncias de suposta irregularidade ou ilegalidade que seja exclusivamente passível de lesionar ou ameaçar, sem reflexo sobre o interesse público, direito subjetivo.

13

A respeito das auditorias operacionais no âmbito do TCM/SP, é correto afirmar que:

- (A) o ciclo de trabalho da auditoria operacional se inicia pela realização de relatórios;
- (B) o relatório da auditoria operacional não pode ser acessado pelo gestor;
- (C) a auditoria operacional tem por finalidade realizar um controle essencialmente de legalidade, por meio da conferência formal da documentação apresentada;
- (D) o planejamento de auditoria visa a delimitar o objeto e o escopo da auditoria, definir a estratégia metodológica a ser adotada e estimar os recursos e o prazo necessários a sua realização;
- (E) para fins de auditoria operacional, economicidade significa o grau de alcance das metas programadas em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

14

Em relação ao instrumento de auditoria transversal no TCM/SP, é correto afirmar que:

- (A) as auditorias transversais auditam o memo ponto de risco em múltiplos instrumentos jurídicos, programas de governo e/ou órgãos ou entidades jurisdicionadas;
- (B) quanto à natureza, a auditoria transversal pode ser de resultado, financeira ou operacional;
- (C) a auditoria transversal matricial é aquela distribuída ao mesmo relator e que trata de um só ponto de análise;
- (D) as auditorias transversais têm por objetivo avaliar individual e integralmente a regularidade de instrumentos jurídicos ou verificar a sua execução específica;
- (E) quanto à matéria examinada, as auditorias transversais são de licitação ou de pessoal.

15

Sobre o instrumento de acompanhamento e inspeção no TCM/SP, apura-se que:

- (A) os acompanhamentos dependem de solicitação expressa da entidade que estava sendo fiscalizada;
- (B) as inspeções podem ser adotadas de ofício pelo auditor, quando tiver elementos indicativos de alguma ilegalidade na Administração;
- (C) as inspeções e acompanhamentos são procedimentos fiscalizatórios sinônimos, que buscam investigar denúncias recebidas pelo Tribunal de Contas;
- (D) as inspeções são procedimentos de fiscalização que visam a avaliar, do ponto de vista operacional, as atividades e sistemas dos órgãos e entidades da Administração;
- (E) os acompanhamentos são verificações sistemáticas das atividades dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal, feitas de maneira seletiva e concomitante.

16

“A instituição centenária do Tribunal de Contas da União vem ganhando cada vez mais destaque e atenção por parte da sociedade civil, tudo devido aos resultados do exercício de suas atribuições previstas constitucionalmente” (CABRAL, Flávio Garcia. Qual a Natureza da Função Exercida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Revista de Direito da Administração Pública (REDAP), v. 1, p. 253-272, 2019).

Sobre a figura dos Tribunais de Contas e do TCM/SP, é correto afirmar que:

- (A) os Tribunais de Contas são órgãos que integram a estrutura do Poder Judiciário no Brasil;
- (B) o TCM/SP pode representar ao prefeito sobre irregularidades e abusos que verificar no exercício de suas atividades;
- (C) o TCM/SP possui um poder de revisão amplo sobre os atos administrativos praticados pela Administração;
- (D) o TCM/SP detém competência para sustar diretamente os contratos administrativos que tenham algum vício;
- (E) o TCM/SP é hierarquicamente subordinado ao Tribunal de Contas da União, órgão de cúpula das Cortes de Contas.

17

Pode-se indicar como uma espécie de procedimento de fiscalização do TCM/SP:

- (A) denúncia;
- (B) fiscalização remota;
- (C) análise;
- (D) apuração interna;
- (E) checagem.

18

O exercício da atividade fiscalizatória pelo Tribunal de Contas demanda a existência de um corpo técnico qualificado para o exercício regular de suas funções.

Sobre a atuação do auditor de controle externo no âmbito do TCM/SP, é correto afirmar que:

- (A) o cargo de auditor de controle externo é de livre nomeação e exoneração;
- (B) o auditor de controle externo no TCM/SP é cargo que pode ser ocupado por portadores de diploma de ensino médio;
- (C) o agente de fiscalização do TCM/SP é cargo hierarquicamente superior ao de auditor de controle externo;
- (D) o auditor de controle externo pode atuar de maneira subjetiva no exercício de suas funções, agindo conforme suas preferências e análises pessoais;
- (E) é atribuição do auditor de controle externo fornecer informações com vistas a elaborar o Plano Anual de Fiscalização, bem como os Programas de Auditorias e Inspeções.

19

No âmbito do TCM/SP, a atividade de fiscalização por meio da qual o Tribunal acompanhará a solução e/ou a minimização das deficiências identificadas nas auditorias, com ênfase nas medidas previstas no Plano de Ação, é o(a):

- (A) plano de ação;
- (B) inspeção;
- (C) representação;
- (D) compatibilização;
- (E) monitoramento.

20

No âmbito do TCM/SP, o procedimento fiscalizatório que busca levantar dados e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, nos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Município, e analisá-los quanto aos aspectos técnicos de legalidade e legitimidade, de sorte a subsidiar o julgamento das contas anuais ou de atos de gestão dos responsáveis, é o(a):

- (A) acompanhamento;
- (B) vistoria;
- (C) auditoria;
- (D) inspeção;
- (E) apuração.

O Processo no TCM

21

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo poderá editar súmulas, que são enunciados decorrentes de:

- (A) decisão proferida em processo de grande repercussão econômica e social, ainda que se trate de caso único;
- (B) jurisprudência dominante ou reiterada sobre determinado tema, após proposta justificada encaminhada pelo secretário-geral ao presidente do Tribunal, que a submeterá à apreciação do Tribunal Pleno;
- (C) julgamento em que há as mesmas partes interessadas e a aplicação do mesmo dispositivo legal ou regulamento;
- (D) entendimentos encaminhados pela Procuradoria da Fazenda Municipal ao presidente do Tribunal, que, por sua vez, os leva para apreciação e aprovação pelo Plenário;
- (E) julgamento de recursos de revisão pelo Tribunal Pleno que não admitem revisão.

22

Em relação aos processos no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é correto afirmar que:

- (A) as matérias de competência das Câmaras ou do juiz singular não poderão ser remetidas ao Tribunal Pleno;
- (B) as auditorias operacionais e as auditorias transversais poderão ser julgadas pelo presidente do Tribunal, pelo juiz singular ou pelas Câmaras do Tribunal, conforme o valor;
- (C) compete ao Tribunal Pleno apreciar, para fins de registro, a concessão inicial de aposentadorias e pensões, compreendidas a legalidade do ato e a razoabilidade das verbas que compõem os proventos ou a pensão;
- (D) o Tribunal Pleno é um dos órgãos que compõem o Tribunal de Contas e a ele compete, de forma exclusiva, julgar as contas anuais das entidades da Administração indireta do Município de São Paulo selecionadas anualmente pelo Pleno, conforme critérios de materialidade, risco, relevância e rotatividade;
- (E) o relator pode determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública a adoção de medidas corretivas decorrentes do exame de cópia do edital de licitação, mas não poderá determinar a sustação do processo licitatório até que elas se efetivem.

23

O Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo prevê que o Tribunal poderá responder a consultas decorrentes de dúvidas suscitadas pelo prefeito ou pelo presidente da Câmara Municipal.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) por ser a consulta prejulgamento de matéria fática, dispensa-se a apresentação de qualquer manifestação do órgão de assessoramento pertencente àquele que solicita a consulta, já que tal providência é exercida pela assessoria jurídica do Tribunal;
- (B) o Tribunal de Contas do Município poderá responder a consulta que trate de questão versando sobre a interpretação da legislação processual penal;
- (C) a edição de nova Lei sobre Licitações e Contratos nº 14.133/2021, modificando de maneira profunda o regime anterior sobre o tema, não possibilita a revisão de parecer emitido pelo Tribunal com base na legislação anterior, ainda que solicitado pelas autoridades competentes para fazê-lo;
- (D) o Tribunal Pleno emitirá parecer em resposta à consulta, a qual terá caráter normativo, importando em prejulgamento do Tribunal em relação à tese firmada e não ao caso concreto eventualmente invocado;
- (E) a auditoria já encerrada que verse sobre matéria constante de consulta formulada não impede nem suspende o prosseguimento desta última.

24

O secretário municipal de Limpeza Urbana e o ordenador de despesa do contrato foram intimados pessoalmente pelo Tribunal de Contas do Município para apresentarem defesa em processo eletrônico, na qualidade de responsáveis pelas irregularidades encontradas pelos órgãos técnicos do Tribunal.

Nesses casos, o prazo para defesa é:

- (A) de quinze dias úteis, contados a partir da juntada aos autos do ofício cumprido, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento, e desde que haja expediente no Tribunal;
- (B) de vinte dias úteis, contados a partir da data em que assinado o recebimento do ofício pelos responsáveis indicados;
- (C) em dobro, a partir da data da ocorrência da última intimação, contados os quinze dias corridos a partir da assinatura do ofício pelos responsáveis;
- (D) de quinze dias corridos para ambos, contados da data da expedição do ofício pelo Tribunal;
- (E) de trinta dias corridos, admitindo duas prorrogações, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à juntada aos autos do ofício devidamente cumprido.

25

Sobre a competência do Tribunal acerca da apreciação das contas anuais, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a apresentação de qualquer recurso em face do parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo sobre as contas anuais do prefeito;
- (B) as contas anuais do Tribunal de Contas serão apreciadas unicamente pelo Poder Legislativo, sem qualquer manifestação prévia do próprio Tribunal de Contas;
- (C) as contas anuais da Mesa da Câmara Municipal não serão submetidas a instrução e análise da Subsecretaria de Controle Externo, cabendo apenas emissão de parecer prévio pela aprovação ou rejeição pelo Tribunal Pleno;
- (D) as contas anuais consistirão no balanço geral do exercício, acompanhado dos demonstrativos e anexos exigidos pela legislação pertinente, bem como do relatório circunstanciado das gestões financeira, orçamentária e patrimonial;
- (E) no silêncio do Poder Legislativo municipal, prevalecerá o julgamento proferido pelo Tribunal de Contas sobre as contas do chefe do Poder Executivo, uma vez que considera-se que houve, nesta hipótese, aprovação tácita do parecer emitido pela Corte de Contas.

26

Sobre os processos de fiscalização no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é correto afirmar que:

- (A) não podem ser instaurados de ofício pelo Tribunal ou pelo conselheiro, ainda que estes venham a ter notícias de irregularidades ocorridas por meio de órgãos de imprensa;
- (B) não poderão ser objeto de pedido de vistas ou cópias dos autos até que seja proferido o julgamento em primeira instância pelo Tribunal;
- (C) terão a instrução presidida pelo conselheiro relator, que poderá determinar as diligências e providências necessárias ao esclarecimento dos fatos;
- (D) não poderão ser reunidos para julgamento conjunto ou por meio de sessão virtual, já que tais medidas podem acarretar tumulto processual;
- (E) terão início conforme autorização prevista no Plano Anual de Fiscalização, sem possibilidade de inclusão de outras matérias.

27

A empresa XXZZ firmou contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/1993, em razão da situação de emergência, com autarquia do Município para prestação dos serviços de nutrição e alimentação hospitalar.

Nesse caso, a empresa:

- (A) não poderá vir a integrar o processo de análise do contrato em trâmite no Tribunal, já que as autarquias não estão sujeitas à jurisdição da Corte de Contas Municipal;
- (B) poderá apresentar argumentos perante a Fazenda Pública ou a autarquia contratante em relação ao contrato firmado, mas não diretamente ao Tribunal;
- (C) será intimada para praticar atos processuais, uma vez que participou do contrato, ou poderá ter sua esfera subjetiva de direitos afetada pela futura decisão do feito;
- (D) não poderá requerer provas ao relator ou ao juiz singular, mas somente ingressar no processo para acompanhar a sua instrução;
- (E) não poderá apresentar recurso de decisão proferida pelo Tribunal de Contas, já que pode ingressar com medida judicial contra eventual decisão.

28

Silvio, contador experiente na Administração Pública municipal, com mais de vinte anos de exercício da atividade, realizou o pagamento indevido a um fornecedor da Secretaria Municipal de Educação, deixando de adotar as providências básicas para verificação de comprovantes da entrega do material escolar. A situação foi detectada na auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, que apontou ter ocorrido prejuízo significativo ao erário.

Nesse caso, Silvio:

- (A) não está sujeito à responsabilização, posto que essa somente incide sobre a autoridade máxima do órgão;
- (B) está sujeito à responsabilização apenas de índole disciplinar, a ser aplicada pela própria Administração Pública municipal;
- (C) está sujeito à responsabilização pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo de forma pessoal, podendo ser aplicada uma advertência ou multa;
- (D) está sujeito à responsabilização pelo Tribunal de Contas apenas se comprovado que a autoridade pública da Pasta concorreu para a prática do ato e foi também penalizada;
- (E) está sujeito à responsabilização, podendo o Tribunal de Contas aplicar as penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa, dada a gravidade da infração e do prejuízo causado ao erário.

29

Para o esclarecimento de questões com alto grau de complexidade e que necessitem de informações adicionais, especialmente envolvendo processos que analisem licitações para celebração de parcerias público-privadas, poderá o conselheiro relator:

- (A) determinar a realização de busca e apreensão de documentos ou o sequestro de bens para melhor instrução dos autos;
- (B) anular o certame licitatório *in limine* e por meio de decisão monocrática, sem intimar ou ouvir os órgãos ou entidades jurisdicionados envolvidos;
- (C) declarar-se momentaneamente sem elementos para julgamento, hipótese em que o processo será suspenso ou remetido ao arquivo sem conclusão de mérito;
- (D) realizar audiência pública para ouvir os interessados ou a população sobre o tema, hipótese em que as informações e esclarecimentos prestados na audiência serão vinculantes para sua decisão;
- (E) convocar mesa técnica, que consiste em reunião de trabalho entre servidores do Tribunal e entidades jurisdicionadas, para esclarecimento de informações técnicas e/ou apresentação de elementos que envolvam matérias controvertidas.

30

Quanto à execução das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é correto afirmar que:

- (A) a multa, quando não paga no prazo concedido pelo Tribunal, será automaticamente descontada dos vencimentos do servidor;
- (B) para a execução da pena de advertência aplicada pelo Tribunal basta a publicação da penalidade ao servidor no Diário Oficial da Cidade;
- (C) as decisões que imputam débito ou multa serão objeto de cobrança judicial pela assessoria jurídica de controle externo do Tribunal, na forma que dispõe o Regimento Interno;
- (D) o Tribunal poderá, desde que intimados o contratante e o contratado, suspender a execução do contrato, caso a Administração Pública contratante não o faça no prazo de sessenta dias da intimação;
- (E) as decisões do Tribunal que obrigam os órgãos ou entes jurisdicionados ao cumprimento de medidas de urgência devem ser publicadas no Diário Oficial da Cidade e encaminhadas aos referidos interessados com a certidão de deliberação da matéria, na qual consta o entendimento firmado pelo Colegiado, para o devido cumprimento.

Técnicas de Comunicação Escrita

31

Todas as frases publicitárias abaixo se apoiam no princípio da autoridade; aquela que foge a essa estrutura, é:

- (A) Faça como os franceses: beba vinho francês;
- (B) As crianças sabem o que fazem: brincam mais do que trabalham;
- (C) Os banqueiros são ricos: eles investem na Bolsa;
- (D) As artistas de cinema ficam mais belas com a maquiagem americana;
- (E) O calendário não marca como feriados todos os dias.

32

Observe o texto narrativo a seguir.

“Entraram no banco pela porta dos fundos, acompanhados do gerente, que havia sido sequestrado em casa. Dirigiram-se à sala do cofre e lá enfiaram, em sacolas previamente preparadas, milhares de reais. Amarraram o gerente debaixo da mesa e o amordaçaram, recomendando que não gritasse. Ao saírem, deram de cara com um verdadeiro exército que lhes apontava armas. Dia azarado!”

Sobre essa pequena narrativa, é correto afirmar que:

- (A) a narrativa está perfeitamente localizada no tempo e no espaço;
- (B) o narrador responsável pelo relato dos fatos é um dos assaltantes do banco;
- (C) o tempo na narrativa foi estruturado de trás para frente;
- (D) todas as ações narradas mostram tempo cronologicamente progressivo;
- (E) ao contrário da maioria dos textos narrativos, este não traz segmentos descritivos.

33

A opção em que todos os substantivos estão corretamente grafados, é:

- (A) expulsão / proteção / detensão;
- (B) repulsão / submersão / pretensão;
- (C) agressão / regressão / demolissão;
- (D) embarcação / isenção / diversão;
- (E) cessão / sessão / seção.

34

Segundo a gramática, a partícula expletiva ou de realce não possui função sintática, serve para dar destaque ou ênfase e pode ser retirada da frase, sem prejuízo algum para o sentido.

A frase em que o termo destacado é parte necessária ao texto, é:

- (A) O que não vão pensar quando souberem que o gerente fugiu?;
- (B) O vaqueiro arrependeu-se do negócio realizado;
- (C) Minha avó é que tinha uma língua terrível;
- (D) Mas, homem de Deus, que diabo! pense um pouco!;
- (E) Vou-me embora pra Pasárgada / Lá sou amigo do rei.

35

A maioria das palavras mostra vários significados (polissemia), o que também ocorre com as preposições. Indique a frase em que a preposição EM tem seu significado corretamente indicado:

- (A) Todo corpo em repouso tende a ver televisão / tempo;
- (B) Muitas coisas podem ser preservadas em álcool / modo;
- (C) A loteria é um imposto para os que são ruins em Matemática / exclusão;
- (D) Uma coisa que você aprende em corridas é que os outros não esperam por você / meio ou instrumento;
- (E) Você só acha unanimidade total em um cemitério / lugar.

36

Quatro das frases abaixo mostram palavras de sentido oposto (antítese); a que difere delas é:

- (A) Muitas pessoas querem mudar. Não porque elas vejam a luz, mas porque sentem o calor;
- (B) Nunca subestime o seu poder de mudar a si mesmo e nunca superestime o seu poder de mudar os outros;
- (C) As principais ameaças nesta vida são as pessoas que querem mudar tudo... ou nada;
- (D) A dificuldade reside não nas novas ideias, mas em escapar das velhas ideias;
- (E) O que é duradouro não é o que resiste ao tempo, mas o que sabiamente muda com ele.

37

Em todas as opções abaixo há metáforas para a vida; a opção em que o motivo da comparação metafórica está identificado corretamente, é:

- (A) A vida é uma rua de mão única / a solidão;
- (B) A vida é um labirinto tortuoso / a efemeridade;
- (C) A vida é a farsa em que todos têm que atuar / a solidariedade;
- (D) A vida é uma viagem que esqueceu seu destino / a inconsciência;
- (E) A vida é uma obra de arte / a transitoriedade.

38

A frase abaixo em que está ausente uma oração condicional, é:

- (A) Todas as coisas são impossíveis desde que o pareçam (Concepción Arenal);
- (B) A coragem não serve a nada quando não vem acompanhada da justiça, e uma vez que todos os homens fossem justos, não haveria a necessidade de serem tão corajosos (Agesilau);
- (C) A diferença entre os corajosos e os covardes é esta: os primeiros reconhecem o perigo e não sentem medo, os segundos sentem medo sem reconhecer o perigo (Kliutchevski);
- (D) Muitos seriam covardes se tivessem coragem suficiente (T. Fuller);
- (E) O pensamento é o consolo e o remédio para tudo. Caso às vezes vos faça mal, pedi-lhe o remédio para o mal que vos causou, e ele vos dará (N. de Chamfort).

39

A frase abaixo em que a preposição DE é uma exigência de um termo anterior (valor gramatical), é:

- (A) Aqueles que vivem em casas de vidro não deveriam atirar pedras;
- (B) Eu nunca me esqueço de um rosto, mas, no seu caso, vou abrir uma exceção;
- (C) A única ocasião em que alguém pode descontrolar-se é quando o faz de propósito;
- (D) O insulto é a razão de quem não tem razão;
- (E) Um método infalível de entrar em acordo com um tigre é deixar ele te devorar.

40

A opção abaixo em que houve a utilização adequada do vocábulo sublinhado, é:

- (A) Não há nada de novo sob as descobertas de túmulos egípcios;
- (B) A única coisa certa sob a sorte é que ela mudará;
- (C) A beleza é a sombra de Deus sobre o Universo;
- (D) Quando nós vivemos a verdade, deixamos de conversar sob ela;
- (E) Escondeu-se sobre as cobertas.

Realização

